



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo

Sexta Câmara Cível

Comarca de Origem: 7ª Vara Cível da Comarca da Capital

**Embargos de Declaração em Agravo em Agravo de Instrumento Nº
0326952-5 (0001454-79.2014.8.17.0000)**

Embargante: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Embargado: SARAIVA EQUIPAMENTOS LTDA

Relator: Des. Evandro Magalhães Melo

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRETENSÃO QUE SE AFASTA DO FIGURINO LEGAL ESTAMPADO NO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO A SER SANADA. QUESTÃO DA PRECLUSÃO QUE RESTOU ANALISADA NO DECISUM EMBARGADO. EMBARGOS REJEITADOS À UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. Note-se que a decisão vergastada foi bastante clara quanto aos seus termos, fundamentando suficientemente todas as suas conclusões, não havendo motivo para a insurgência do Embargante, visto que o julgador não está obrigado a rebater um a um os argumentos lançados pela parte, tendo sido analisada, sobretudo, a questão da preclusão em face da não insurgência pelo devedor, em momento oportuno, ao requerimento de liquidação do credor.

2. O que pretende o embargante, ao interpor estes aclaratórios nada mais é do que rememorar a matéria de mérito da causa, o que se distancia do instituto dos embargos de declaração a que se refere o art. 535 e seguintes do Código de Processo Civil.

3. Recurso desprovido à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em sede de recurso de embargos de declaração, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Sexta Câmara Cível, à unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso. Tudo conforme a ementa e os votos que fazem parte integrante da presente decisão.

Recife, 27 de maio de 2014.

Des. Evandro Magalhães Melo
Relator



572
70

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo

Sexta Câmara Cível

Comarca de Origem: 7ª Vara Cível da Comarca da Capital

Embargos de Declaração em Agravo em Agravo de Instrumento Nº 0326952-5 (0001454-79.2014.8.17.0000)

Embargante: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Embargado: SARAIVA EQUIPAMENTOS LTDA

Relator: Des. Evandro Magalhães Melo

RELATÓRIO E VOTO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS** contra acórdão (fls. 550) da minha relatoria, exarado nos autos do presente agravo de instrumento, que negou provimento ao recurso de agravo do Embargante, mantendo decisão terminativa outrora prolatada, ante a preclusão em desfavor da Embargante por não haver impugnado, em momento oportuno, a forma de liquidação de título executivo judicial.

Em suas razões recursais (fls. 559/563), alega o Embargante, em breve síntese, que o acórdão prolatado é omissos, tendo em vista que não analisou a questão pertinente a expressa impugnação da Embargante ao requerimento de liquidação de sentença da Embargada, não havendo que se falar em preclusão. Argumenta, também, que a liquidação por cálculos do credor violou o título judicial exequendo, pois havia a necessidade de uma perícia para apuração do *quantum debeatur* da dívida.

Vieram-me em seguida os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

Os embargos não procedem.

Os tópicos alusivos à preclusão e necessidade de liquidação por arbitramento do título executivo judicial restaram devidamente analisados na decisão embargada, não havendo qualquer sentido na oposição dos presentes declaratórios.

É sabido, ademais, que os embargos de declaração são cabíveis, somente, nos casos em que houver na decisão, sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição ou quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal, não se prestando a rever matéria deduzida no



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo

decorrer da lide e nas razões recursais ou contrarrazões, visto que servem, apenas, para os casos especificados no Diploma Adjetivo Brasileiro.

A definição traçada sobre as questões postas não tem o condão de conferir à parte acesso aos embargos de declaração sob o fundamento de que o decisório foi omissivo, por não ter acolhido a tese defendida pelo Recorrente.

Note-se que a decisão vergastada foi bastante clara quanto aos seus termos, fundamentando suficientemente todas as suas conclusões, não havendo motivo para a insurgência do Embargante.

Além do mais, diferentemente do que pensa o Embargante, a preclusão temporal restou configurada, vez que o Embargante "*limitou-se a requer a abertura da fase de liquidação, restando silente com relação aos cálculos apresentados pelo exequente (fls. 479/480)*", não havendo, sequer, insurgido-se contra a forma de liquidação apresentada pelo credor.

Outrossim, a omissão do Embargante em face da forma de liquidação escolhida pelo credor torna os valores apontados incontroversos, não havendo que se falar em arbitramento para descortinar o saldo devedor.

Na verdade, o que pretende o embargante, ao apresentar estes aclaratórios, nada mais é do que rememorar a matéria da preclusão, o que se distancia do instituto dos embargos de declaração a que se refere o art. 535 e seguintes do CPC.

Ante o exposto, **voto pelo desprovemento dos presentes embargos.**

É como VOTO.

Recife, 27 de junho de 2014.


Des. Evandro Magalhães Melo
Relator